

Estudo Técnico Preliminar 81/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 67281.004556/2024-12

2. Descrição da necessidade

- 2.1 Cabe à Administração militar zelar pelos bens pertencentes à União, sob jurisdição do Comando da Aeronáutica em Anápolis, utilizando de todos os meios ao seu alcance para protegê-los e para se resguardar de interrupções não previstas nas atividades administrativas e operacionais.
- 2.2 Esclareço que o Esquadrão de Infraestrutura (EIE) , tem como responsabilidade o apoio aos diversos setores que compõe a Guarnição de Anápolis.
- 2.3 Neste contexto a intenção de um Registro de Preço para aquisição de materiais sob a ND 44.90.52 Subitens 33 e 36 visam atender as necessidades das subseções; ASEGVOO, de elétrica e marcenaria da EIE,conforme finalidades abaixo:
- 2.3.1 Armadilha Fotográfica Digital - necessário para as atividades de campo que visam coletar informações de fauna (diversidade e abundância), além de dados de segurança da área patrimonial.
- 2.3.2 Rotuladoras eletrônicas - serão utilizados pela Subseção de Marcenaria da EIE, nos diversos serviços de confecção /manutenção de móveis, além de serem empregados nas instalações dos carpetes utilizados nos eventos institucionais da BAAN, tais como: BRÓDIO DOS JAGUARES E MARYBÁ.
- 2.4 Desta forma, esses materiais serão empregados de forma específica e atenderão às necessidades de toda a GUARNIÇÃO de Anápolis, onde a BAAN figura como Unidade Gestora Executora, e dos setores apoiados, visando propiciar os meios necessários à execução de suas atividades administrativas e operacionais, bem como as condições de trabalho adequados e compatíveis a todos os setores e efetivos apoiados, permitindo assim que todo o complexo de Unidades Sede e Sediadas cumpram o cronograma de suas atribuições e as suas missões institucionais estabelecidas por meio dos seus Regimentos Internos.
- 2.5 Conforme determina a lei Complementar 101/2000, é incumbência da Administração Pública, sob pena de responsabilidade, a manutenção do patrimônio a ela jurisdicionada, com prioridade sobre novos projetos.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
BASE AÉREA DE ANÁPOLIS	ALINE CUNHA DE JESUS 2º TEN QOCON ADM

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

- 4.1 Os itens objeto deste certame deverão atender aos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança usualmente chamados "normas técnicas" e elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, eventualmente existentes, nos termos da Lei 4.150 de 1962.
- 4.2 Em caso de divergências entre as descrições e especificações do presente Termo de Referência com as constantes da relação de itens do COMPRASNET, prevalecem as deste Termo.
- 4.3 O bem constante deste instrumento deverá, sempre que possível atender aos critérios de sustentabilidade ambiental.

5. Levantamento de Mercado

5.1 O levantamento de mercado realizado dos materiais a serem adquiridos, foi feito conforme preconiza o inciso I, Art. 5º da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES_ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021.

5.2 Na contratação/aquisição em análise não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto, que pudessem acarretar a realização audiência pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício, em face de ser aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

5.3 Foi realizada uma consulta de preços que antecedeu ao levantamento final dos Preços de Referência ou Preço Estimado, que ocorreu através de consulta simples em lojas e fornecedores físicos e ou pela internet, dos preços praticados em balcão no mercado regional varejista na época de sua realização.

5.4 Diante do levantamento, a solução que atende aos interesses e necessidades da Administração é a contratação/aquisição por meio de pessoa jurídica capacitada para o fornecimento dos materiais, pelo Sistema de Registro de Preços, pregão eletrônico.

5.5 Ciente da impossibilidade de se escolher "Marca ou Fabricante" para os produtos pleiteados, isso não impediu a equipe de planejamento de realizar a Pesquisa de Preços com a média aritmética dos três orçamentos baseada em materiais da linha industrial ou profissional e de primeira linha o que poderá refletir em defasagem ante as propostas que ocorrerão durante a realização do certame.

5.6 Foram analisadas contratações/aquisições similares feitas por esta Administração e por outros Órgãos e Entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades, conforme estabelecido nas Letras "a" à "d" do Inciso III, do Art. 9º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022, e as que foram identificadas foram incorporadas na contratação em análise.

5.7 Para a contratação/aquisição dos materiais, as empresas e em especial os órgão públicos, efetivam a contratação de forma semelhante à que se pretende adotar, cumprindo as respectivas exigências legais, normativas e editalícias.

5.8 O tipo de solução escolhido pela equipe de planejamento é a aquisição por meio do Sistema de Registro de Preços, motivado pelo Inciso I, do Art. 11, da Lei 14.133/2021, por se revelar a mais vantajosa, pois permite a evolução significativa do planejamento das atividades da Administração, facultatividade na aquisição do objeto licitado e por permitir discricionariedade de agir conforme suas necessidades flexibilizando suas despesas de forma parcelada, possibilitando a devida adequação aos recursos disponíveis, permitindo a realização de aquisições que demandam um menor tempo à medida que as necessidades vão surgindo, o que reflete em menores estoques internos, baixos riscos de obsolescência de materiais e menor capital mobilizado.

5.9 Outro motivo para o SRP ser adotado é pela sua característica essencial em permitir aquisições motivado pelos incisos I - “quando, pelas características do Objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou freqüentes”; e V – “quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração;” todos do Art. 3º, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.

5.10 A aquisição será por unidade de medida descrita na planilha Lista de Itens e nas quantidades necessárias para atender as necessidades da Administração, não sendo Esta obrigada a empenhar quando não for necessário.

5.11 Em face da possibilidade de adesão, não foi encontrado em outros Órgãos e Entidades da esfera federal, atas de registro de preços vigentes que atendessem a necessidade da presente aquisição, alinhada e respaldada no Programa Anual de Aquisição /Contratação de Bens e Serviços da BAAN para o exercício de 2023, ficando vedada aos órgãos e entidades da Administração Pública federal a adesão à ata de registro de preços gerenciada por Órgão e Entidade estadual, distrital ou municipal, conforme o Parágrafo 8º, do Art. 86, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 O tipo de solução escolhido pela equipe de planejamento para uma possível contratação é o Registro de Preços, por permitir a evolução significativa do planejamento das atividades da Administração conforme recursos financeiros disponíveis, além de propiciar a facultatividade na aquisição do objeto licitado.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 Conforme já pormenorizado em tópico específico no Documento de Formalização de Demanda (DFD SÉRIE 77/2023).

8. Estimativa do Valor da Contratação

8.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 19.353,64 (dezenove mil, trezentos e cinquenta e três reais e sessenta e quatro centavos), sendo considerada a média/mediana dos valores unitários encontrados via painel de preços e mídias especializadas, conforme previsto no artigo 6º da Instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 O sistema de registro de preços permitem que a Administração tenha discricionariedade de agir conforme suas necessidades, podendo, conforme o caso, flexibilizar suas despesas de forma parcelada, possibilitando a devida adequação aos recursos disponíveis.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Não haverá contratações correlatas e/ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 Esclareço que esta contratação está vinculada ao Planejamento do Plano de Aquisições Anual da BAAN para exercício de 2024, conforme publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas, ID PCA PNCP: 00394429000100-0-000015/2024, publicado no dia 27/10/2023

12. Resultados Pretendidos

12.1 Garantir e resguardar condições de segurança, habitabilidade, conservação dos imóveis da União e preservação do bom funcionamento das instalações prediais, vias e áreas verdes.

12.1 As aquisições em tela irão proporcionar que a equipe de colaboradores execute suas atividades sem interrupção, de forma a proporcionar a funcionalidade das instalações, garantir as mínimas condições de segurança aos executores dos serviços, atendendo ao interesse público de preservar seu patrimônio, dever de todo gestor.

12.2 Conforme determina a lei Complementar 101/2000, é incumbência da Administração Pública, sob pena de responsabilidade, a manutenção do patrimônio a ela jurisdicionada, com prioridade sobre novos projetos.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 A adequação do ambiente desta Administração está condicionada à necessidade de execução da aquisição desses bens licitados e da disponibilidade de recursos financeiros.

13.2 Será publicada em Boletim Interno a comissão de fiscalização e recebimento dos materiais a serem licitados ou contratados por meio deste Processo.

13.3 Os servidores, militares ou civis, pertencentes à comissão de fiscalização e recebimento dos materiais são devidamente capacitados para atuarem nesta função, são conhecedores das especificidades do objeto adquirido/contratado e são devidamente orientados antes do início deste serviço, quanto aos procedimentos a serem observados e adotados durante a execução dos recebimentos a serem realizados.

13.4 O cronograma de licitação para aquisição desses materiais bem como a sua utilização/emprego será executado de forma independente, na quantidade e na medida da necessidade da Administração, não tendo esta a obrigação de licitá-los quando não necessário.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 O bem constante deste instrumento deverá contemplar os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, quando for o caso:

14.1.1 Que seja constituído, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico ou biodegradável.

14.1.2 Que seja observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

14.1.3 Que devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

14.1.4 Que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

14.1.5 Que viabilizem o incentivo ao desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos sólidos, incluídos a recuperação e o aproveitamento energético.

14.1.6 Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das substâncias que destroem a Camada de Ozônio – SDO, abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, à exceção dos permitidos pelo Protocolo de Montreal, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº 2.783, de 1998, e artigo 4º da Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1.1 Esta Equipe de Planejamento considera que a contratação é viável pois tem por objeto o Registro de Preços para aquisição de materiais que serão empregados na manutenção e conservação dos Bens imóveis e instalações existentes no interior da GUARNAE-AN, além de serem necessários para o atendimento das necessidades e interesses da Administração;

15.1.2 Tais materiais são de vital importância na operacionalidade destes setores, visto que, influenciam diretamente no atendimento das solicitações das ordens de serviços para as manutenções corretivas e preventivas dos imóveis e vias, que, por vezes deixam de ser atendidas por falta de material em estoque no Almoxarifado;

15.1.3 Com a aquisição deste Objeto a Administração almeja uma pronta resposta para correções de danos, não previsíveis, que utilizam estes materiais, causados por fatores diversos, à medida que forem aparecendo, com a finalidade de corrigir o problema antes de seu agravamento e isso tornaria o serviço mais oneroso para Administração;

15.1.4 Daí o Sistema de Registro de Preço ter sido adotado, pela sua característica essencial em permitir aquisições de forma independente, na quantidade e na medida da necessidade da Administração, não tendo esta a obrigação de contratá-los /adquiri-los quando não for necessário. Essa forma de compra possibilita que possam ser realizadas aquisições que demandam um menor tempo à medida que as necessidades vão surgindo, o que reflete em menores estoques internos, baixos riscos de obsolescência de materiais e menor capital mobilizado;

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

VALERIANO PINTO LEITE DE SA

Membro da Equipe de Planejamento

ALINE DE JESUS CUNHA

Membro da Equipe de Planejamento

JULIANA BUSTAMANTE PORTO

Ordenador (a) de Despesas



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	ETP 81/2024 REV-1
Data/Hora de Criação:	20/09/2024 11:28:07
Páginas do Documento:	5
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	6
Hash MD5:	0cc2345ddc5ce0f64214f1c7888e2139
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Primeiro Sargento VALERIANO PINTO LEITE DE SÁ no dia 20/09/2024 às 08:33:27 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten ALINE DE JESUS CUNHA no dia 20/09/2024 às 09:17:47 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Primeiro Sargento EMIVAL ALVES NETO no dia 14/10/2024 às 15:16:24 no horário oficial de Brasília.